

LEI 10. 639/2003: LITERATURA, EDUCAÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Bárbara Loureiro Andreta^{*}

Xênia Amaral Matos^{**}

Anselmo Peres Alós^{***}

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no contexto do ensino de Literatura Brasileira no Ensino Médio. De acordo com a Lei 10.639/2003, o ensino de história e cultura afro-brasileiras torna-se obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio de todo o território nacional, e estabelece que, entre outras áreas do conhecimento, os conteúdos podem e devem ser ministrados na disciplina de literatura. Diante disso, propõe-se uma discussão acerca da inclusão da obra *Úrsula*, da escritora Maria Firmina dos Reis entre as obras estudadas no Ensino Médio, como forma de atender à legislação vigente e contribuir no combate ao racismo no país.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003. Literatura Brasileira. *Úrsula*.

Introdução

Desde janeiro de 2003, quando a Lei 10.639 foi sancionada, passando a ter validade em todo o território nacional, a literatura transformou-se em uma importante forma de estudo e resgate da história e da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, em um instrumento de transformação social na luta contra o preconceito racial no país. Destaca-se que as culturas africanas estão presentes em diversos lugares do mundo, para os quais as diferentes etnias africanas foram dispersas, tanto por processos comerciais como pela imigração espontânea e pelo movimento violento do tráfico negreiro e, no caso do Brasil, tem-se uma forte presença

^{*} Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e em Psicologia pelo Centro Universitário Franciscano de Santa Maria (UNIFRA). Acadêmica do Curso de Letras/Espanhol – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM (Estudos Literários). Bolsista CAPES/DS. E-mail: barbaraandr@hotmail.com

^{**} Licenciada em Letras/Inglês pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM (Estudos Literários). E-mail: lizza_amaral_matos@hotmail.com

^{***} Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto no Departamento de Letras Vernáculas da UFSM. Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras, na mesma instituição. E-mail: anselmoperesallos@gmail.com

de elementos culturais africanos nos contextos histórico, social e cultural (BRASIL, 2014). A Lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio do país, e define que os conteúdos serão ministrados, entre outras áreas, pela literatura:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

De acordo com as *Diretrizes Curriculares Nacionais*, busca-se, com esta legislação, oferecer uma resposta, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de reparações, de reconhecimento e de valorização de sua história, cultura e identidade e com isso, combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente a população negra brasileira (BRASIL, 2004).

Diante disso, faz-se importante refletir acerca das possibilidades de adequação do ensino de Literatura Brasileira às exigências legais e, principalmente, na maneira como ela pode ser um agente de transformação social¹, no sentido de ajudar no combate ao racismo no Brasil. Nesta perspectiva, este trabalho se propõe a discutir a possibilidade da utilização das obras da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis em sala de aula, especialmente seu romance *Úrsula*, em um contexto de Ensino Médio. Neste sentido, Rita Terezinha Schmidt (2011) defende que o campo dos estudos de literatura é o lugar em que o educador pode atuar de forma a ‘usar’ a literatura como uma “modalidade singular de conhecimento, em termos de seu poder mediador e potencial transformador na fecundação de uma capacidade ética de viver, pensar, interpretar e olhar o mundo como experiência de convivência solidária” (p. 187).

¹ Destaca-se o forte laço entre a literatura africana –em especial, a poesia- e a política, no contexto pós-colonial. Entre outros fatores, o nacionalismo cultural e a utilização de provérbios do falar tradicional contribuíram para este laço entre literatura e política. Ao longo dos anos 1930, os africanos francófonos residentes em Paris, inspirados pelo surrealismo e contra a tirania da linguagem e da arte burguesas, lançaram um movimento de rebelião contra a colonização do espírito africano (MAZRUI, 2010).

2 Referencial teórico

Este trabalho foi desenvolvido a partir de referencial bibliográfico, análise do *corpus* e de sua fortuna crítica, bem como de estudos que avaliam a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 no âmbito da literatura.

A escritora Maria Firmina dos Reis (1825-1917) nasceu no Estado do Maranhão e é autora de diversas obras, tais como os romances *Úrsula* (1859) e *Gupeva* (1861), o conto “A escrava” (1887), o “Hino da libertação dos escravos” (1888), a obra de poesias *Cantos à beira-mar* (1871) e diversos poemas esparsos na imprensa da época. Maria Firmina dos Reis era afrodescendente, vivia longe da corte e, pelo fato de ser mulher, publicou seu romance

Úrsula sob o pseudônimo de “Uma maranhense”, um recurso muito utilizado pelas mulheres que se aventuravam no mundo da escrita, na tentativa de se esconder e se resguardar de possíveis ataques e maledicências (MUZART, 1999).

Sua obra *Úrsula* é muito inovadora para época, especialmente pelo tratamento que dá à questão da escravidão no Brasil do século XIX. Este romance narra a trágica história de amor entre Úrsula e Tancredo, os protagonistas da narrativa. Entretanto, a trama apresenta dois personagens secundários que são de extrema importância para o desenrolar da narrativa: Susana e Túlio, que, segundo Zahidé Muzart (1999), dão uma nota diferente ao romance, pois pela primeira vez o escravo negro tem voz e, através da memória, apresenta ao leitor uma África outra, um local de liberdade.

Especialmente no seu nono capítulo, Maria Firmina dos Reis apresenta ao leitor o seu principal diferencial em relação aos outros romances abolicionistas da época, quando, em sua narrativa, dá voz e memória aos escravos através da personagem Mãe Susana, que relata ao jovem recém-alforriado Túlio suas vivências em África, a forma como foi de lá retirada e o sofrido percurso percorrido até chegar em terras brasileiras:

Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome da minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão.

-[...]

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como

animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa (REIS, 2004, p. 116, grifos do autor).

Ainda no nono capítulo da obra, Mãe Susana relembra os horrores que vivenciou na travessia até chegar ao Brasil, bem como as severas punições sofridas por aqueles que tentavam se rebelar e relata essas lembranças ao jovem Túlio:

Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte.

Nos últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozerar. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldounos e veio dar a morte aos cabeças do motim.

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foram sufocadas nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2004, p. 117).

É na condição de portadora dessa memória, da verdade histórica, que Mãe Susana questiona a alforria dada a Túlio por Tancredo, e tenta mostrar ao jovem que ele está trocando um cativo por outro, uma vez que a completa liberdade dos negros não era possível em um país escravocrata.

- [...] Meu filho, acho bom que não te vás. Que te adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se ao encontrarás melhor? [...]

- Oh! Quanto a isso não, mãe Susana – tornou Túlio – [...]. Não troco cativo por cativo, oh, não! troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! [...] - Tu! tu livre? ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?... (REIS, 2004, p. 113 - 114).

Segundo Schmidt (2008), estudar as obras de autoria feminina altera nossas percepções do passado e desestabilizam a configuração dessa identidade, impulsionando as reflexões sobre processos de constituição dos cânones nacionais como lugares autorizados e privilegiados de projeções imaginárias que sustentam as representações simbólicas da nacionalidade, reflexões que levam a considerar a história literária como um dos marcos referenciais da memória nacional, visto que constitui uma narrativa que pretende descrever o passado literário. A construção da nação moderna, pressuposta nos ideais burgueses de progresso e civilização a partir da integração nacional das diferenças sociais e culturais sob o signo do *pluribus unum*, articula-se através de um repertório de significados convenientes e desejáveis, formalizados em um pacto narrativo de consenso, por meio do qual a história normaliza e regulariza os acontecimentos, fazendo com que a memória coletiva se configure

tanto como lembrança quanto como esquecimento. Desta forma, alguns significados são lembrados e reafirmados, outros são silenciados e excluídos.

2 Resultados e discussão

Considerando-se que, de acordo com as diretrizes dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, um dos grandes desafios da escola é investir na superação da discriminação, visto que a sociedade brasileira é constituída por diferentes etnias e, desta forma, os diferentes grupos e as diferentes culturas que compõe a sociedade brasileira devem ser igualmente respeitadas:

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (BRASIL, 2000, p. 32).

Neste sentido, o ensino da literatura afro-brasileira em sala de aula implica na valorização da diversidade étnica e cultural brasileira e possibilita, através do texto literário, uma reflexão acerca da identidade cultural brasileira. Ao se falar da identidade cultural brasileira, tem-se, de um lado, a violência institucional e simbólica que pautou a sua construção e de outro, os atos de resistência às representações geradas pelo poder hegemônico de uma elite cultural que atribuiu a si o direito de representar e significar a nação, conferindo-lhes validade universal, sendo uma das formas de exercício desse poder, a exclusão da representação da autoria feminina no século XIX. O século XIX foi uma época de formação da identidade nacional, na qual a literatura se institucionalizou como um instrumento pedagógico de viabilização da nossa diferença cultural em razão de sua força simbólica para sustentar a coerência e a unidade política da concepção romântica da nação como “o todos em um”. Dessa forma, o nacional constituiu-se como um domínio masculino, de forma direta e excludente (SCHMIDT, 2000).

Sendo assim, a inclusão de obras como *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis entre as leituras previstas para o Ensino Médio permite aos alunos uma reflexão acerca da constituição dos cânones literários nacionais, no sentido de levá-los ao questionamento das razões que levaram algumas obras ao silenciamento e ao esquecimento. Nesse contexto, uma comparação com a obra *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, que apresenta como protagonista uma

escrava branca, seria de extrema relevância, posto que permitiria uma reflexão acerca da predominância de padrões eurocêtricos na historiografia da literatura brasileira do século XIX e, conseqüentemente, na formação da identidade cultural brasileira.

Considerações finais

Por fim, entende-se que o papel do professor de literatura no contexto da Lei 10.639/2003 não deve ser apenas o de apresentar aos alunos as obras que, historicamente, contenham um repertório de significados convenientes e desejáveis, que normalizaram e regularizaram acontecimentos, mas propiciar o debate e a reflexão através das obras esquecidas pelo cânone literário nacional e, que de alguma maneira, possibilitam outro entendimento do passado literário brasileiro. Desta forma, as obras de Maria Firmina dos Reis possibilitam outro entendimento acerca das representações da escravidão negra no Brasil através do texto literário, explicitando um preconceito histórico na sociedade brasileira que reverbera até os dias de hoje e que coloca a população negra e as mulheres em situação de desigualdade em relação à população branca e aos homens. O resgate da condição das mulheres escravas, através da literatura, é de extrema relevância, uma vez que evidencia que as condições históricas a que as mulheres negras foram submetidas se refletem ainda hoje, e assim, justificam a importância de políticas públicas que lutam *pela redução e contra a reprodução* de desigualdades de gênero e raça/etnia nos diversos setores da sociedade brasileira.

Referências

ALÓS, Anselmo Peres. Os Poemas negros de Jorge de Lima. **Expressão** (Santa Maria), v. 19 (1), 2015, p. 29-34.

_____. O lirismo dissonante de uma afro-brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis (UFSC), v. 19, n. 1, 2011, p. 286-288. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a20v19n1.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

_____. Histórias entrelaçadas: redes intertextuais em narrativas afro-brasileiras. **Cerrados**, v. 20, n. 31, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/8255/6252>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

ANDRETA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A voz e a memória dos escravos: *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. **Identidade!** São Leopoldo. V. 18, n. 2, 2013, p. 194-200.

Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/952/1114>>.
Acesso em: 07 abr. 2015.

BRASIL. Lei Nº 10.639/2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. _____. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Brasília: MEC/SECADI/UFSCar, 2014.

GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

MAZRUI, Ali A. O desenvolvimento da literatura moderna. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (Org.). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 663-696.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: _____. (Org) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Mulheres; EDINISC 1999, p. 264-284.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. **Estudos Feministas**, Florianópolis (UFSC) v. 8, n. 1, 2000, p. 84 – 97. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9858/9091>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, nº 32, 2008, p. 127 – 141. Disponível em: <http://www.gelbc.com.br/pdf_revista/3210.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2013.

_____. Para quê literatura? Reflexões sobre conhecimento, reconhecimento e educação. **Letras** (UNESP). V. 51, n. 1, 2011, p. 173-189. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/5112/4208>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África: da Pré-história ao século XVI**. Coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África: do século XVI ao século XX**. Coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO/MEC/UFSCar, 2013.